

A formação do pedagogo generalista, em sua atuação na gestão escolar.

Questão 1: Primeiramente, nos últimos três anos, um intenso debate na produção sobre a proposta curricular representada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um claro tensionamento das influências dos modelos internacionais e generalistas sobre a educação, o currículo e o trabalho pedagógico dos docentes, presenciamos os pronunciamentos da pesquisa no campo da educação (ANPEd), do currículo (ABdC) e da formação (ANFOPE) com diferentes compreensões relativas ao fazer docente, a função da educação na sociedade e os saberes entendidos como necessários. Esse cenário nos conduz a refletir sobre a atuação do pedagogo na gestão escolar e seu processo de formação inicial.

Para discutir as bases legais, teórico-metodológicas que caracterizam a formação do pedagogo generalista, é preciso recorrer a alguns documentos, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB n° 93.94/96; a Resolução CNE/CP n° 01/06 e a Resolução CNE/CP n° 02/15.

Os conflitos relativos à identidade do(a) pedagogo(a), revelam, a grosso modo, problematizações teórico-práticas, inicialmente, tensionadas entre a separação licenciatura e bacharelado. O curso de Pedagogia foi instituído e organizado pela Faculdade Nacional de Filosofia por meio do Decreto n° 1.190/1939. O objetivo do curso, nessa época, era formar bacharéis e licenciados em diferentes áreas, inclusive no setor pedagógico. A formação ocorria no período de três anos, no esquema 3+1, representando uma dualidade estrutural na formação inicial do pedagogo, introduzindo uma formação fragmentada que atendia as demandas produ-

livras da época na expansão da indústria nacionalista (SILVA, 2003). A partir do Decreto n° 252169, ganham força os debates sobre a necessidade de reformular o curso de Pedagogia em suas estruturas curriculares. Para Parmem Silva (2003) esse momento representou apenas um ajuste, ao inserir a administração escolar, no entanto, o que se configurou é uma formação específica dos técnicos educacionais, desdobrada em habilitações, persistindo a dicotomia entre docente e não docente.

Libâneo (2002) descreve que a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, intensificam-se os encontros, seminários, dissertações e teses sobre o curso de formação e, é nesse período que é criada a Associação Nacional para formação de professores da Educação (ANFOPE). Com o surgimento dessa associação é reafirmado o princípio de que a docência constitui a base da formação de todo o educador.

Pizzari (1997) e Libâneo (2001) criticam as concepções teórico e metodológicas de técnicos da educação atribuídas à Pedagogia, pois segundo os autores reforçam uma concepção mercadológica ancorada na divisão social do trabalho.

Com a promulgação da LDB 9.394/96 a gestão educacional é contemplada na formação dos Cursos de Pedagogia. Ao falar sobre os profissionais da Educação a lei em seu artigo 64 menciona que a formação para as áreas administrativas, de planejamento, supervisão e orientação educacional serão realizadas em cursos de graduação em Pedagogia ou em cursos de especialização em nível de pós-graduação. A partir daí, começa-se a ressaltar a formação das

pedagogias generalistas. Para Cruz (2003) a legislação ainda apresenta o problema relacionado a dualidade entre o pedagogo como especialista e o educador docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para curso de Pedagogia, construídas a partir da Resolução CNE/CP 01/06, estabelecem que o eixo central da formação, o de docência, ou formação de professores para a educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, curso normal, educação profissional, e em outras áreas que, sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Para Macali e Castro (2007) o curso se propõe a formar um docente, que tenha condições de participar das atividades da gestão, fato considerado positivo pelos autores, pois a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de outras funções.

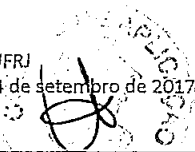
As DC/NCP/06 não são claras quanto aos termos administração escolar e gestão escolar, ora são utilizados como sinônimos, ora, como termos distintos. A gestão é apresentada como um processo dentro da administração escolar, em outras ocasiões, como sinônimo de experiência, em uma conotação nãotécnica dessa prática.

PIRETTA et al. (2017) afirma que as DC/NCP/2006 instauraram uma indefinição no campo da Pedagogia, bem como a dispersão do objeto de estudo da Pedagogia e da atuação profissional docente. Para a autora, os cursos de Pedagogia, em sua maioria, não estão formando pedagogos tampouco um professor polyvalente para a Educação Infantil, anos iniciais do ensino fundamental, curso normal, profissional, área de gestão escolar e atuação em espaços não escolares. A formação do pedagogo(a), segundo Florenta (2017) tem sido frágil, superficial, generalizante,

braquiliçada e sem faxo. A promulgação das DCNCP não conseguiu contemplar os posicionamentos antagônicos dos desacordos e sacramentou sua contradição na formação de professores (PINTO, 2011). Porém, entende-se que o campo de atuação do pedagogo(a) foi ampliado e excede o campo da docência, em especial, quando se dispõe a preparar, esse profissional, para a área da gestão e atuação em espaços não escolares. Formar esse profissional generalista, implica vários saberes: domínio das diferentes áreas do conhecimento que compõem a base comum do currículo da Educação Básica e os meios e possibilidades para ensiná-los, bem como a identidade de quem são esses sujeitos (crianças, jovens, adolescentes, adultos) que aprendem e se desenvolvem, nos ambientes escolares e não escolares.

Considerando a história do Curso de Pedagogia e a sua formação na atualidade, compreende-se, que o trabalho do(a) pedagogo(a) engendra, atribuições de natureza política e pedagógica e exige, uma postura crítica fundamentada na pesquisa, reflexão na ação para que os desdobramentos da política generalista que define a formação, não interfira na qualidade, da educação e do trabalho desse profissional. Para contemplar esse desafio político, social, cultural e epistemológico é necessário a implementação de uma cultura do trabalho coletivo e articulado nos espaços escolares e, não escolares.

Questão 2: Como observado na questão anterior, o eixo da formação do Curso de Pedagogia, segundo as propostas das DCNCP/2006) é a docência, compreendida



Como atividade intencional em seu fundamento, a gestão educacional é entendida como a organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e nos processos de educação escolar e não escolar.

Entende-se, aqui, por gestão educacional, o processo político-administrativo e pedagógico da educação, por meio do qual a prática pedagógica e social da educação é organizada, orientada e viabilizada. A LDB n° 9394/96 faz uma das primeiras leis a dispensar atenção particular à gestão escolar (BERCHE, 2005). A lei afirma que a educação tem como finalidade o desenvolvimento do educando, assegurando uma formação comum para o exercício da cidadania e os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

No entanto, a formação comum entendida como básica não deve representar uma educação minimalista, mas a formação do sujeito fundamentada nos elementos básicos da vida social e da cultura em seu caráter integral. Kramer (2007) ao refletir sobre o básico na escola, analisa os desafios da educação a partir do exercício da cidadania (lutar contra a desigualdade e assegurar o reconhecimento dos diferentes); da cultura (especialmente singularidade e pluralidade); do conhecimento (compromisso com a dimensão de humanidade e universalidade) e a formação que, para a autora é a ação, o núcleo onde perpassam todas essas perspectivas (cidadania, cultura e conhecimento). Nesse sentido a relação entre docência e gestão educacional, é essencial.

para que a educação se faça com qualidade. Essa relação só é possível a partir dos princípios de uma gestão democrática em que professores e a gestão da escola realizam um trabalho integrado às concepções de homem, de sociedade e currículo. Assim, a organização do trabalho pedagógico na escola, pensado pelos princípios da gestão democrática, tem na autonomia e participação um dos seus eixos principais. Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico, o conselho escolar, o conselho de classe em conjunto com as demais instâncias colegiadas trazem intencionalmente em seus aspectos, a articulação escolar, o significado e o sentido para a instituição da gestão democrática (VEIGA, 2006)

A Resolução CNE/CP nº 01/2006 esclarece que a atividade docente compreende a participação na organização e gestão nos sistemas de ensino por meio das seguintes ações: I- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação do setor educativo; II- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento de projetos educativos não escolares; III- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico em contextos escolares e não escolares.

Nesse sentido, as DNEP mostram a relação entre docência e gestão estruturada a partir de núcleos, considerando a diversidade, núcleos básicos, amoldamento e diversificado de estudos e estudos integradores. Mazzotti (2006) afirma que o trabalho educativo realizado na integração entre docência e gestão, precisa compreender o objeto do conhecimento e da prática educativa, ou seja, que o "fazer" educacional se dá por meio de múltiplas determinações, o trabalho

do pedagogo é fundamental nessa relação para refletir sobre as formas interventivas na metodologia, planejamento e avaliação das decisões tomadas pelo coletivo da escola. Para Pimentá (2000) a relação entre docência e gestão escolar se constrói a partir da prática social da educação tomada como referência na construção de saberes confrontados com outros saberes.

Compreende que a relação entre docência e gestão escolar só pode ser entendida por meio da clareza teórica dos componentes políticos e das possibilidades de intervenção coletivas (RUENZER, 2007) pedagógicas que envolvem a complexidade escolar. É por meio dessa clareza que se definem a possibilidade dialética do processo transformador da indivisibilidade das atividades da gestão e da docência.

QUESTÃO 3: Dialogar sobre as políticas de formação docente, nos textos que as definem, e também nos sentidos que assumem nos diferentes contextos de formação, implica pensar em processos políticos, culturais que atravessam os currículos e as práticas de formação. Tais processos expressam disputas por sentidos de educação, docência, escola e conhecimento; traz à tona lutas históricas que se relacionam às lutas por investimentos na melhoria das escolas, educação e das condições de trabalho dos professores. Esses processos também expressam as marcas da proposta histórica da profissão docente e de sua valorização, sentidos e práticas culturalmente difundidas (GARCIA, 2010).

Entende-se que a política de formação incorpora os sentidos e práticas escolares e, de seus múltiplos contextos produzindo novos sentidos e significados às concepções políticas da formação de professores (LOPES, 2011). A Resolução CNE/CP n° 02/12015 propõe o desafio de pensar a formação em componentes que se integram em diversas áreas do conhecimento e não em disciplinas isoladas. Também incorpora um discurso de campo de formação que coloca no centro da concepção de formação, sua atuação. O artigo 5 da Resolução reconhece a especificidade do trabalho docente que conduz à prática como expressão da teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes e instituições educacionais da Educação Básica e da formação de professores. Diante desses elementos e de outros aspectos elencamos como principais desafios a busca, nesse processo de reformulação da formação, por uma política alinhada da prática (OLIVEIRA, 2013). Outro desafio é superar o distanciamento entre as instituições de Educação Superior, Universidade e a Educação Básica, em particular do colégio de Aplicações. O processo de formação continuada atrelado à pesquisa e extensão pode possibilitar a mobilização de saberes à maior autonomia no processo de formação dos estudantes compatível com autonomia docente e articulada entre conhecimento e prática. A atuação do(a) pedagogo(a) pesquisador, nesse sentido, poderá facilitar a interlocução entre Universidade e Educação Básica, para a realização de uma formação de professores que considere as diferenças no interior do CAP suas culturas étnico-raciais, gênero, geracionais, religiosas, necessidades especiais, e outras. Afirma-se a importância da prática pedagógica que considere a formação como locus de pesquisa e desenvolvimento de projetos de extensão que envolvam a comunidade e os estudantes.